



**CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM
CONTROLE DA DESESTATIZAÇÃO E
DA REGULAÇÃO**

Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Agosto 2025

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. OBJETIVOS	5
4. PÚBLICO-ALVO	5
5. PERFIL DO EGRESSO	5
6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA	6
7. ESTRUTURA DE DISCIPLINAS E EMENTAS RESUMIDAS:	8
Módulo 1 – Aspectos Gerais da Teoria da Regulação	8
Módulo 2 – Controle Externo da Regulação e da Desestatização	8
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Generalista	9
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Óleo e Gás.....	10
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Energia Elétrica	11
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Transportes.....	13
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Infraestrutura Urbana	15
Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Telecomunicações	17
8. CRONOGRAMA.....	19
9. INSTITUIÇÃO PROMOTORA	20
10. COORDENAÇÃO.....	20
11. CORPO DOCENTE.....	20
12. METODOLOGIA.....	20
13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC).....	20
14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	22
15. ACERVO	22
16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO.....	23
Frequência mínima.....	23
Sistema de avaliação por disciplina.....	23
Avaliação do TCC	23
17. CERTIFICAÇÃO	23
APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS.....	24

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso	Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação
Área do conhecimento	Desestatização; Regulação
Modalidade	Educação à distância (EaD), combinando atividades assíncronas e síncronas mediadas.
Instituição promotora	Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD (Portaria nº 247, de 14/02/2017)
Vagas	43
Público-alvo	Servidores do TCU e de Instituições parceiras que possuam diploma de nível superior reconhecido pelo MEC
Coordenação acadêmica	Carlos Eduardo Teixeira Neves
Período provável da oferta	Setembro de 2025 a novembro de 2027
Carga horária	313h/aula + no mínimo 47h de optativas + 40h TCC
Forma de ingresso	Processo seletivo regido por edital específico
Corpo docente	<p>Dr. André Tortato Rauen – http://lattes.cnpq.br/8690868696190633</p> <p>Dr. Bruno Dantas Nascimento – http://lattes.cnpq.br/5684405436181650</p> <p>Dr. Bruno Queiroz Cunha – http://lattes.cnpq.br/8450689231946164</p> <p>Dr. César Mattos – http://lattes.cnpq.br/2487605693589840</p> <p>Dra. Denise Britz do Nascimento Silva – http://lattes.cnpq.br/0235269476708481</p> <p>Dr. Edans Flávio de O. Sandes – http://lattes.cnpq.br/5132071359802549</p> <p>Dr. Edilson Ferneda – http://lattes.cnpq.br/2531761427648020</p> <p>Dr. Fernando de Souza Coelho – http://lattes.cnpq.br/2038805993153668</p> <p>Dr. Hugo Leonardo M. Carvalho – http://lattes.cnpq.br/0340098795739149</p> <p>Dr. José Alves Dantas – http://lattes.cnpq.br/4292408391743938</p> <p>Dra. Júlia Ximenes – http://lattes.cnpq.br/4707000313816507</p> <p>Dr. Lucas Oliveira G. Ferreira – http://lattes.cnpq.br/0659153293462243</p> <p>Dr. Luiz Akutsu – http://lattes.cnpq.br/1600956261097499</p> <p>Dr. Rafael Silveira e Silva – http://lattes.cnpq.br/1101296312661229</p> <p>Dr. Rafael Véras de Freitas – http://lattes.cnpq.br/4954739796378887</p> <p>Dr. Remis Balaniuk – http://lattes.cnpq.br/8456124569258786</p> <p>Ms. Antonio Augusto J. Anastasia – http://lattes.cnpq.br/9798247919674811</p> <p>Ms. Glauber de Castro Barbosa – http://lattes.cnpq.br/4029441798200204</p> <p>Esp. Antônio Alves de Carvalho Neto – http://lattes.cnpq.br/6682627299238671</p> <p>Esp. Leonardo Rodrigues Albernaz – http://lattes.cnpq.br/9990557885143126</p>

2. JUSTIFICATIVA

A partir da década de 90, com a reforma do Estado brasileiro, verificou-se a intensificação da utilização pela administração pública dos instrumentos de delegação de atividades e serviços antes executados pelo Estado. Transferia-se para agentes privados a prestação de serviços públicos que não precisavam ser oferecidos diretamente pelo aparelho estatal e que seriam mais bem executados por particulares. Isso gerou a necessidade de se estabelecer entidades competentes para monitorar e regular a prestação desses serviços, com o intuito de assegurar a qualidade, a continuidade, a modicidade e a efetividade dos serviços prestados, bem como a viabilidade, o equilíbrio e atratividade do negócio. Nesse contexto foram criadas as agências reguladoras, pessoas jurídicas de direito público interno, responsáveis por fiscalizar e regulamentar os serviços públicos delegados a particulares.

A Constituição de 1988 estabelece que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU). Cabe ao TCU verificar a atuação das agências reguladoras e, para esse fim, foi criada, em 1998, a 9ª Secretaria de Controle Externo (9ª Secex), em seguida denominada Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Sefid), unidade técnica responsável pelo acompanhamento dos processos de desestatização no âmbito da administração pública federal. A partir de 2013, o Tribunal passou por uma reestruturação e coube à Coordenação de Fiscalização de Infraestrutura (Coinfra) a partir das suas secretarias especializadas em diversas áreas, o acompanhamento dos processos de desestatização e o controle da regulação setorial no âmbito da administração pública federal. Após nova reestruturação interna da Segecex em 2023, cabe à Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia) e à Secretaria de Controle Externo de Infraestrutura (SecexInfra), por meio de suas unidades especializadas, a execução de ações de controle na regulação setorial.

Outras unidades do Tribunal, como os Gabinetes de Ministros e a AudRecursos, também lidam com processos relativos à regulação de infraestrutura, o que evidencia a necessidade de desenvolvimento de seus servidores na área de controle da regulação.

Para acompanhar a prestação de serviços públicos nessas áreas, o Tribunal requer um corpo técnico altamente qualificado e especializado, o que motiva um investimento massivo em ações de desenvolvimento especialmente delineadas para as necessidades da unidade. O ISC já promoveu cursos de Especialização em Controle da Regulação em 2002/2003, 2009/2010, 2017/2018 e 2021/2022.

Contudo, grande parte dos egressos dessas especializações já não mais atuam na área de controle da regulação, em virtude, dentre outros motivos, de aposentadorias, movimentações e assunção de funções comissionadas. Além disso, houve ingresso de novos servidores nessa área, oriundos das secretarias dos Estados que, a partir de 2019, foram vinculados às secretarias da Sede, sendo necessário investir na especialização desses servidores. Ainda, aproximadamente 300 novos auditores foram nomeados nos anos seguintes ao concurso público de 2022, sendo que muitos estão lotados nas unidades de auditoria especializada das secretarias voltadas à regulação da infraestrutura.

Isso posto, verifica-se a necessidade da realização de novas ações de educação continuada de mais longo prazo nessa área, em especial da oferta de uma nova Especialização, com o objetivo de desenvolver as competências profissionais necessárias ao desempenho das atividades afetas à regulação de serviços públicos concedidos.

3. OBJETIVOS

Especializar servidores e promover a produção, a aplicação e a disseminação de conhecimentos, bem como desenvolver competências profissionais inerentes às atividades de controle externo afetas à área de regulação de serviços públicos concedidos.

- a) Desenvolver conhecimentos e habilidades do servidor que lhe possibilitem atuar no controle externo da regulação, nas fases de análise e avaliação de processos de outorga, da execução contratual e do desempenho de entes reguladores e de instâncias formuladoras de políticas setoriais de infraestrutura;
- b) Fortalecer o emprego de conceitos, habilidades e instrumentos de aspectos gerais e específicos da teoria da regulação e suas implicações práticas no processo regulatório;
- c) Oferecer aos servidores um espaço para a reflexão crítica e a aquisição de novos conhecimentos sobre a regulação, em especial no que se refere aos serviços de infraestrutura, e o controle externo exercido sobre entes reguladores; e
- d) Possibilitar o desenvolvimento de pesquisa e grupos de discussão específicos na área de regulação de infraestrutura e de serviços públicos e seu controle.

4. PÚBLICO-ALVO

O curso destina-se a portadores de diploma de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar na área de interesse relacionada ao controle da regulação, e que sejam:

- a) Auditores Federais de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), que atuem preferencialmente nas Secretarias de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia) e de Infraestrutura (SecexInfra);
- b) Auditores Federais de Controle Externo do TCU de gabinetes e outras secretarias;
- c) Servidores de carreira das agências reguladoras federais das áreas de infraestrutura e de exploração de bens públicos (ANEEL, ANATEL, ANAC, ANP, ANTT, ANTAQ, ANM e ANA) e dos respectivos ministérios supervisores; Auditores Federais de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU), que atuem na Secretaria de Controle Interno e na auditoria de políticas econômicas, de produção e de infraestrutura; e servidores do Senado Federal.

O ingresso no curso, para servidores do TCU, ocorrerá por meio de processo seletivo regido pelo **Edital - ISC nº 25**, de acordo com os critérios de seleção constantes no Anexo I. A seleção das vagas destinadas a parceiros será realizada pela própria instituição.

5. PERFIL DO EGRESSO

Ao concluir a pós-graduação em Controle da Desestatização e da Regulação, o egresso estará apto a retornar às suas atividades laborais com uma capacidade aprimorada de análise crítica, fiscalização e gestão dos processos de desestatização e regulação. Isso inclui a habilidade de identificar riscos, propor soluções eficazes e aplicar as melhores práticas em conformidade com a legislação vigente.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

A partir desse processo de desenvolvimento técnico e profissional aprofundado, o egresso não apenas consolidará seus conhecimentos, mas também será continuamente incentivado a buscar o autodesenvolvimento e a educação continuada. Essa mentalidade de "educação por toda a vida" garantirá que o profissional se mantenha atualizado diante dos desafios dinâmicos da Administração Pública, contribuindo significativamente para a eficiência, transparência e probidade na gestão dos bens e serviços públicos em benefício da sociedade brasileira.

6. GRADE CURRICULAR E CARGA HORÁRIA

As atividades e o conteúdo do curso estão organizados conforme a estrutura abaixo.

Todas as disciplinas do Módulo 3 (Generalista e áreas temáticas) são optativas, cabendo ao aluno definir a própria grade. O aluno deverá cursar disciplinas com carga horária suficiente para obter a carga horária total mínima do curso. A oferta de disciplinas do Módulo 3 será estabelecida ao longo do Módulo 1 a partir das necessidades apontadas pelos alunos e pelas unidades técnicas do Tribunal.

Módulo 1 - Aspectos Gerais da Teoria da Regulação

Aspectos gerais da Teoria da Regulação	hs
Gestão, Políticas e Governança Pública no Brasil Contemporâneo	21
Direito e Regulação das Concessões	21
Governança Regulatória	14
Finanças corporativas	21
Metodologia de pesquisa científica	40
Economia da Regulação	28
Economia da Infraestrutura	21

Módulo 2 - Controle Externo da Desestatização e da Regulação

Controle externo da Regulação e da Desestatização	hs
Prática em Controle da regulação: ciclo da infraestrutura, políticas públicas e atuação do regulador	28
Prática em Controle da regulação: processo de outorga (análise de EVTEA e de minuta de edital e contrato)	42
Prática em Controle da Regulação: Leilão e Execução Contratual	21
Prática em Controle da Regulação: Análise de Demonstrações Contábeis para Regulação Contratual e de Desestatização	21
Prática em controle da regulação: responsabilização	21
Prática em Controle da Regulação: Solução de Controvérsias	14

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Generalista

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática generalista)	hs
Regulação Responsiva	14
Análise de impacto regulatório	21
Regulação e Meio Ambiente	14
Análise Econômica dos Contratos e dos Leilões	21

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Concorrência e Regulação	21
Teoria Política e Econômica da Regulação	21
Arranjos Jurídico Institucionais nas Políticas Regulatórias	21
Regulação, Experimentalismo e Inovação	21

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Óleo e Gás

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Óleo e Gás)	hs
Aspectos Gerais do Setor de Óleo e Gás	33
Aspectos Tributários e Benefícios Fiscais Aplicáveis ao Setor de Óleo e Gás	32
Engenharia de Petróleo, Equipamentos e Sistemas na Indústria de Exploração e Produção	29
Comercialização e Distribuição de Derivados de Petróleo e de Gás Natural	35
Aspectos Regulatórios e Análise Econômica em Exploração e Produção	29
Atividade Prática em Controle da Regulação no Setor de Óleo e Gás	24

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Energia Elétrica

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Energia Elétrica)	hs
Estrutura e Governança do Setor Elétrico	9
Planejamento do Setor Elétrico	12
Operação do Setor Elétrico	9
Regulação no Setor Elétrico	12
Desenho de Mercado de Energia Elétrica	36
Aspectos Jurídicos Aplicados à Regulação do Setor Elétrico	21
Aspectos Tributários do Setor Elétrico	18
Política Tarifária do Setor Elétrico	21
Contabilidade Empresarial e Regulatória e Aspectos Financeiros do Setor Elétrico	12

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Transportes

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Transportes)	hs
Análise e Valuation de Concessões: Enfoque Contábil e Regulatório	30
Aspectos Regulatórios do Setor Aquaviário	27
Aspectos Regulatórios do Setor Ferroviário	24
Aspectos Regulatórios do Setor Rodoviário	30
Aspectos Regulatórios do Setor Aeroportuário	33
Aspectos Gerais de Intermodalidade, Logística de Transporte e Corredores Logísticos	

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Infraestrutura Urbana

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Infraestrutura Urbana)	hs
Aspectos Regulatórios sobre Saneamento Básico	30
Tópicos Especiais em Mobilidade Urbana	27
Tópicos Especiais sobre Gestão de Riscos de Desastres	21

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Aspectos Regulatórios sobre Recursos Hídricos	30
Tópicos Especiais sobre Desenvolvimento Urbano e Habitação Social	36

Módulo 3 - Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação - Módulo Telecomunicações

Tópicos especiais em Regulação e Desestatização (temática Telecomunicações)	hs
Gestão de Espectro de Frequência	21
Temas Atuais em Telecomunicações	21
Competição em Telecomunicações	21
Aspectos Técnicos e Regulatórios sobre Internet	18
Aspectos Técnicos e Regulatórios sobre Radiofusão	16

As bibliografias das disciplinas estão relacionadas no Apêndice I – **Bibliografias**.

7. ESTRUTURA DE DISCIPLINAS E EMENTAS RESUMIDAS:

Módulo 1 – Aspectos Gerais da Teoria da Regulação

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Gestão, Políticas e Governança Pública no Brasil Contemporâneo	21h	Modelos de gestão pública, ciclo das políticas públicas, burocracia e governança no Brasil contemporâneo.
Direito e Regulação das Concessões	21h	Regulação de serviços públicos, concorrência e concessões. Contratos incompletos, assimetria de informações, riscos morais e equilíbrio econômico-financeiro. Regulação tarifária, receitas extraordinárias, transferência, prorrogação e subconcessão. Bens reversíveis: regime jurídico, inventário e indenização. Extinção de concessões: anulação, rescisão, caducidade, intervenção e encampação.
Governança Regulatória	14h	Funcionamento das agências reguladoras, legitimidade do processo regulatório, transparência e accountability.
Finanças Corporativas	21h	Matemática financeira, estrutura de capital, avaliação de investimentos e riscos em contextos regulatórios.
Metodologia de Pesquisa Científica	40h	Introdução à pesquisa científica, normas da ABNT, elaboração de projeto e artigo.
Economia da Regulação	28h	Falhas de mercado e governo, incentivos, modelos de precificação e estrutura dos mercados regulados.
Economia da Infraestrutura	21h	Projetos de infraestrutura, planejamento setorial, regulação por contrato, riscos e performance regulatória.

Módulo 2 – Controle Externo da Regulação e da Desestatização

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
------------	---------------	-----------------

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Prática em Controle da Regulação: Ciclo da Infraestrutura	28h	Analisa o ciclo de vida da infraestrutura e seu papel no desenvolvimento, abordando planejamento, riscos, governança e a atuação do controle externo em concessões e PPPs, com foco em instrumentos de fiscalização e casos práticos.
Prática em Controle da Regulação: Processo de Outorga (EVTEA e minuta de edital e contrato)	42h	Foca na fiscalização de processos de outorga pelo controle externo, com ênfase na análise de estudos de viabilidade (EVTEA), premissas financeiras (CAPEX, OPEX), e a coerência entre estudos, editais e contratos.
Prática em Controle da Regulação: Leilão e Execução Contratual	21h	Aborda a fiscalização de leilões e da execução contratual, analisando a alocação e matriz de riscos, o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos e o controle das fases de investimento e operação.
Prática em Controle da Regulação: Análise de Demonstrações Contábeis para Regulação Contratual e de Desestatização	21h	Trata do uso de demonstrações contábeis para fins de controle e regulação, aplicando análises de rentabilidade e liquidez, projeção de fluxo de caixa e a estimativa do valor de empresas com base em seus balanços.
Prática em Controle da Regulação: Responsabilização	21h	Explora a responsabilidade administrativa nos tribunais de contas, seus requisitos e consequências, a aplicação da LINDB em infraestrutura e as regras de prescrição para danos ao erário e pretensão punitiva.
Prática em Controle da Regulação: Solução de Controvérsias	14h	Métodos consensuais em contratos administrativos e concessões, mediação, arbitragem e dispute boards: fundamentos e aplicação, compatibilização com o regime jurídico-administrativo, atuação do TCU e da SecexConsenso em conflitos regulatórios, estudos de caso e diretrizes para a gestão de controvérsias.

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Generalista (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Regulação Responsiva	21h	Apresenta a teoria da Regulação Responsiva e sua pirâmide, comparando-a ao modelo de comando e controle e destacando a importância da participação social para mitigar a captura regulatória.
Análise de Impacto Regulatório	21h	Detalha o processo e as etapas da Análise de Impacto Regulatório (AIR), desde a identificação do problema e mapeamento

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		de stakeholders até a comparação de alternativas e elaboração do relatório final.
Regulação e Meio Ambiente	21h	Examina a evolução e a estrutura da regulação ambiental no Brasil em todos os níveis federativos, abordando licenciamento, crimes ambientais, resíduos sólidos e instrumentos econômicos como a precificação de carbono.
Análise Econômica dos Contratos e dos Leilões	21h	Aplica conceitos de microeconomia, teoria dos contratos e teoria dos jogos para a análise de concessões e leilões, utilizando estudos de caso em setores como energia, petróleo e gás e telecomunicações.
Concorrência e Regulação - Optativa	21h	Foca nos pilares da defesa da concorrência (condutas, estruturas e advocacia), analisando o controle de atos de concentração e condutas anticompetitivas, com ênfase em sua aplicação em setores regulados.
Teoria Política e Econômica da Regulação	21h	Estuda o impacto da regulação no desempenho econômico através de teorias sobre direitos de propriedade, governança, captura regulatória e a aplicação de conceitos da economia comportamental, como os nudges.
Arranjos Jurídico Institucionais nas Políticas Regulatórias	21h	Analisa a judicialização das políticas regulatórias e o controle exercido pelo sistema de justiça e pelo TCU, abordando arranjos institucionais para mediação e solução de conflitos por meio de estudos de caso.
Regulação, Experimentalismo e Inovação	21h	Inovação regulatória: conceitos, práticas e exemplos. Facilitadores e inibidores. Regulação constitutiva e promissora. Hipótese Porter e casos de inovação setorial induzida pela regulação. Noções de economia da inovação e de sistemas de inovação técnico-industrial, com foco no papel da regulação e dos reguladores. Comparações internacionais e exemplos do cenário brasileiro.

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Óleo e Gás (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Aspectos Gerais do Setor de Óleo e Gás	33h	Geopolítica da indústria de óleo e gás natural. Panorama econômico do mercado de óleo e gás natural. Principais players do

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		mercado de óleo e gás no Brasil e no mundo. Fontes alternativas de energia.
Aspectos Tributários e Benefícios Fiscais Aplicáveis ao Setor de Óleo e Gás	32h	Princípios Contábeis, IRPJ e CSLL Aplicados a Investimentos em Óleo e Gás. Internacionalização e Tributação Internacional no Setor de Óleo e Gás. Tributação na Distribuição de Combustíveis. Tributação Indireta no Setor de Óleo & Gás e Participações Governamentais. Benefícios e Regimes Aduaneiros Aplicáveis ao Setor de Óleo e Gás. Outros Benefícios Utilizados no Setor de Óleo e Gás.
Engenharia de Petróleo, Equipamentos e Sistemas na Indústria de Exploração e Produção	29h	Engenharia de Petróleo e Gás Natural; Sistemas e Equipamentos da Indústria do Petróleo.
Comercialização e Distribuição de Derivados de Petróleo e de Gás Natural	35h	Comercialização de Petróleo e Derivados e a Respectiva Distribuição; Evolução e Organização da Indústria de Gás; Comercialização de GNL e a Respectiva Distribuição; Modelos de Contratação para o Setor de Gás Natural.
Aspectos Regulatórios e Análise Econômica em Exploração e Produção	29h	x
Atividade Prática em Controle da Regulação no Setor de Óleo e Gás	24h	Analisa o impacto global e nacional de eventos geopolíticos, como a invasão da Ucrânia pela Rússia e o papel da China, no mercado de energia brasileiro. Explora, ainda, as estratégias de transição energética, destacando o uso de biocombustíveis e a complementaridade da biomassa com a energia hidráulica. Por fim, discute os desafios e oportunidades regulatórias para atrair investimentos privados em infraestrutura e desenvolver o mercado de gás no Brasil, propondo também o aprimoramento da fiscalização e do controle no setor de óleo e gás.

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Energia Elétrica (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Estrutura e Governança do Setor Elétrico	9h	Análise crítica sobre as instituições setoriais e seus papéis: CNPE, MME, ANEEL, ANP, EPE, CCEE, ONS. Desestatização do setor elétrico e reformas setoriais. Segmentação da Indústria de Energia – cadeia de valor e

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		principais características e políticas da: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia. Reforma do setor elétrico prevista no PLS 232 e GT Modernização.
Planejamento do Setor Elétrico	12h	Modelos de planejamento (determinativo, indicativo, participativo, integrado, espacial e em condições de incerteza). Matriz Energética Brasileira x Matriz Energética Mundial. O Balanço Energético Nacional, o Plano Decenal de Energia Elétrica e o Plano Nacional de Energia. Check and balance (acompanhamento e ajustes do planejamento, operação e mercado do setor energético). Planejamento integrado para os setores elétrico e de gás natural. Planejamento da expansão de oferta de energia, Fontes Renováveis de Energia, Cogeração e Geração Distribuída, Programas de Eficiência Energética.
Operação do Setor Elétrico	9h	Análise da operação dos sistemas elétricos de potência focando desde o planejamento da operação até o tempo real. Apresenta a operação energética realizada no Brasil onde há a definição dos despachos das usinas além da operação da rede de transmissão sob a responsabilidade do ONS.
Regulação no Setor Elétrico	12h	Regulação setorial: Papel da Agência reguladora: principais atribuições legais e infralegais. Estrutura e Governança da Aneel e de seus processos de fiscalização e regulação. Principais normas e processos da regulação e fiscalização tarifária.
Desenhos de Mercado de Energia Elétrica	36h	Especificidade físicas do produto energia elétrica. Características dos mercados de energia elétrica. Modelos de estruturas para a indústria de energia elétrica. Mercados de energia e novas tecnologias: smart grids, carros elétricos, agregadores. Impactos da inserção de renováveis nos mercados de energia elétrica: mecanismos de capacidade. Análise do conceito de garantias físicas. Mercado de energia elétrica brasileiro: ambientes de contratação livre e regulada, papel dos agentes e instituições, formação de preço. Operação física e contabilização: o Operador Nacional do Sistema (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e bolsas de energia. Lastro e

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		energia nos contratos de comercialização de energia elétrica. Gerenciamento de riscos. Mercado regulado de energia elétrica: leilões de energia nova, de energia existente, de reserva, de fontes alternativas, de ajuste e de reserva de capacidade; venda de excedentes. Contratos: por quantidade, por disponibilidade, de energia de reserva e de reserva de capacidade de geração. Gestão de portfólio das distribuidoras. Leilão de potenciais hidrelétricos. Leilões de transmissão.
Aspectos Jurídicos Aplicados à Regulação do Setor Elétrico	21h	X
Aspectos Tributários do Setor Elétrico	18h	Tributação de Energia no Brasil: os tributos incidentes no setor elétrico: Conceitos Gerais; Espécies tributárias ; Isenção, Não incidência, Diferimento e Benefícios fiscais; Tributação de Energia Elétrica; Aspectos gerais da tributação da geração; Tributos incidentes sobre a geração hidráulica; Tributos incidentes sobre a geração termoeletrica; Tributos incidentes sobre a geração eólica e solar; Aspectos gerais da tributação da comercialização; Aspectos gerais da tributação da transmissão; Aspectos gerais da tributação da distribuição; Incentivos Fiscais e impactos sobre os modelos de negócios.
Política Tarifária do Setor Elétrico	21h	X
Contabilidade Empresarial e Regulatória e Aspectos Financeiros do Setor Elétrico	12h	A contabilidade como ciência social. Características qualitativas da informação contábil. Entidades normatizadoras. Elementos das demonstrações contábeis. Critérios de reconhecimento. Bases de mensuração. Apresentação e divulgação.

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Transportes (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Análise e Valuation de Concessões: Enfoque Contábil e Regulatório	30h	Introdução à teoria da contabilidade, terminologias e conceitos em custeio, introdução à contabilidade para contratos de concessão, métodos e conceitos para valoração, avaliação análise crítica das demonstrações contábeis com foco em regulação de concessões, reequilíbrios

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		contratuais em contratos de concessões, KPIs financeiros e operacionais no setor aeroportuário e rodoviário.
Aspectos Regulatórios do Setor Aquaviário	27h	Regulação Portuária. Regulação do Transporte Aquaviário. Mercado portuário, Mercado do Transporte Aquaviário. SSE, THC2, Sobreestadia, Rolagem de Carga, Concessão, Arrendamentos portuários, Navegação Interior, Cabotagem, EVTEA Portuário.
Aspectos Regulatórios do Setor Ferroviário	24h	Ferrovias. Evolução no Brasil. Sistema Nacional de Viação. Regulação de concessões verticais. Monopólios naturais. Concorrência. Formas e espécies prevalentes. Prorrogações antecipadas. Contratos de concessão da década de 90 e contratos recém celebrados/prorrogados. Principais contornos. Benchmark internacional de reformas regulatórias das ferrovias. Reformas brasileiras de 2011 e de 2012/2013 e o modelo proposto pela MP 1065/2021 e pelo PLS 261. Aspectos técnicos, operacionais e comerciais das ferrovias brasileiras. Contabilidade regulatória. Revisão tarifária de 2012 e tema complementares. EVTEA. Aspectos logísticos e de demanda. Peculiaridades da modelagem econômico-financeira. Aspectos práticos da regulação das ferrovias. Atuação da ANTT e debate de casos concretos.
Aspectos Regulatórios do Setor Rodoviário	30h	Conceitos e Contratos de PPPs no Setor Rodoviário, examinando as características do setor, o histórico de participação privada e a evolução dos modelos de contratos no Brasil e no mundo. A análise se aprofunda nos mecanismos de seleção do operador, na alocação de riscos (ambientais, de construção, demanda e cambial) e nas formas de remuneração e regulação da qualidade, destacando o papel das agências reguladoras. Além disso, o texto detalha a estrutura de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), focando na metodologia de estudos de tráfego e engenharia para o desenvolvimento de concessões rodoviárias, incluindo levantamentos de campo, modelos de projeção e parâmetros de desempenho operacional.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Aspectos Regulatórios do Setor Aeroportuário	33h	Estruturação de concessões aeroportuárias e sua regulação econômica, abordando as características do setor, a história da participação privada no Brasil e no exterior, e a evolução dos modelos de contratos. Ele detalha os mecanismos de seleção do operador, a alocação e mitigação de riscos (ambientais, de construção, demanda e financeiros), a remuneração e a regulação da qualidade do serviço, além de explicar o papel da agência reguladora. Por fim, o conteúdo explora a fiscalização e regulação econômica e a metodologia de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), detalhando os módulos de tráfego, engenharia (com a expansão de capacidade e planos de exploração) e socioambiental (com a análise de impactos, prazos de licenciamento e melhores práticas internacionais).
Aspectos gerais de Intermodalidade, Logística de Transporte e Corredores Logísticos	12h	Transporte Multimodal e Intermodalidade. Logística no transporte de cargas. Corredores Logísticos Multimodais: lições da experiência internacional, situação atual no país, ações em curso e a serem adotadas, entraves a serem superados. Planejamento Integrado da Matriz de Transportes.

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Infraestrutura Urbana (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Aspectos Regulatórios em Saneamento Básico	30h	Conceituação de saneamento básico e suas políticas públicas. Marco legal vigente no Brasil. Modalidades de prestação de serviços. Modelos Regulatórios. Diagnóstico do Setor de Saneamento no Brasil e principais problemas enfrentados rumo à universalização dos serviços. Compromissos internacionais dos quais o Brasil é signatário em relação ao Saneamento Básico. Direitos humanos como marco analítico. Planos municipais de saneamento básico e o Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab. Participação e controle social. Aspectos econômico-financeiros da regulação.
Tópicos Especiais em Mobilidade Urbana	27h	MOBILIDADE URBANA: Desenvolvimento urbano e a mobilidade. Conceito. Desenvolvimento sustentável e a mobilidade urbana sustentável. ESPAÇO

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		<p>PÚBLICO E OS TRANSPORTES: Equidade no uso do espaço público. Planejamento urbano e planejamento de transportes. Sistema viário urbano: elementos e fatores de risco. Segurança viária e o <i>Traffic Claming</i> /Cidades Seguras. PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE URBANO: O transporte urbano. Transporte público urbano – importância e histórico. Características da demanda e déficits de locomoção. Demanda e oferta de transportes. Tipos de sistemas de transportes coletivos urbanos. Fatores caracterizadores de qualidade no transporte público urbano. INTEGRAÇÃO: Sistemas Integrados de transportes. Terminais de Integração. Sistema Tarifário. Inovação do transporte urbano. Sistemas Inteligentes de Transportes (ITS). UM OLHAR PARA A CIDADE: Mobilidade urbana e humana. Transporte de vulneráveis. Cidade dos pedestres. Cidade dos ciclistas.</p>
Tópicos Especiais sobre Gestão de Riscos de Desastres	21h	<p>Conceitos Básicos e Terminologia. Classificação de desastres relacionados a processos naturais e antrópicos. Desastres no Brasil e no mundo. Impactos sociais, ambientais e econômicos. Bancos de dados de desastres. Marcos de Ação de Hyogo e Sendai, Agenda 2030. Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Avaliação e quantificação do risco. Modelagem de risco de desastres. Monitoramento de risco de desastres. Políticas setoriais e legislação associadas a gestão de risco de desastres. Planejamento territorial e gestão de risco e desastres naturais: uso e ocupação do solo em áreas de risco; planos diretores e gestão de risco; infraestruturas urbanas em áreas de risco; gestão territorial em áreas de risco socioambiental.</p>
Aspectos Regulatórios sobre Recursos Hídricos	30h	<p>Panorama da governança e regulação dos recursos hídricos no Brasil. Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos. Instrumentos econômicos da gestão das águas. Planos de Recursos Hídricos. Integração da PNRH com outras políticas setoriais. Engenharia dos Recursos Hídricos: Planejamento e estruturação de projetos de infraestrutura hídrica.</p>

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Tópicos Especiais sobre Desenvolvimento Urbano e Habitação Social	36h	Noções gerais de Regulação Urbanística: Regulação urbanística no Brasil e América Latina – origens. Estratégias e instrumentos de regulação, origens e formas de disseminação do zoneamento e do controle do parcelamento do solo. Regulação urbanística, planejamento urbano e mercados formais e informais. Relação entre regulação e estruturação de mercados fundiários e imobiliários, incidência da regulação sobre o preço da terra e imóveis, tanto nos mercados formais como informais. Transformações nos marcos regulatórios: Constituição 1988, Reforma Urbana e reformas neoliberais. Flexibilização, desregulamentação e novos instrumentos urbanísticos – processos de flexibilização do modelo zonal. Parcerias público privadas no desenvolvimento urbano.
---	-----	---

Módulo 3 – Tópicos Especiais em Desestatização e em Regulação – Telecomunicações (optativas)

Disciplina	Carga Horária	Ementa Resumida
Gestão de Espectro de Frequência	21h	Base Legal e Regulatória para Gestão do espectro. Fundamentos da engenharia de espectro. Princípios de um gerenciamento de espectro efetivo. Padronização e Harmonização (Nacional e Internacional). Alocação, designação e licenciamento de espectro. Escolhas regulatórias para gestão de espectro. Monitoramento de espectro. Alocação primária X secundária. Espectro Licenciado X Não Licenciado. Uso eficiente do espectro. Precificação do espectro. Modelos de leilões de espectro e autorização de espectro. Técnicas de Compartilhamento de espectro (RAN Sharing, DSS e outros). Novas bandas de frequência. Novas tecnologias de gestão de frequências (Acesso oportunístico, radio cognitivo, novas tecnologias de rádio, acesso dinâmico de espectro, espectros escondidos, White space). Mercado Secundário. Análise Econômica e de Mercado na Gestão de Espectro. Espectro como barreira de entrada. Impacto econômico social da Regulação de espectro: competição e proteção ao usuário. Limites para o espectro.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

Temas Atuais em Telecomunicações	21h	<p>conceitos Gerais da Tecnologia 5G. Arquitetura de rede (core e radio/acesso) e ecossistema do 5G. Descrição das principais operações comerciais 5G descrevendo suas características técnicas e comerciais. Requisitos de infraestrutura para redes 5G. Tipos de implantação da rede 5G (evolução das redes 4G para 5G ou redes puras). Necessidade de espectro e Implementação de 5G em frequências existentes. Novas abordagens regulatórias e de políticas públicas necessárias para o 5G. As novas tecnologias das redes 5G (bandas de frequência, network slicing, small cells, mimo, ondas milimétricas, interação com wifi). Licitações de espectro de 5G realizadas globalmente.</p>
Competição em Telecomunicações	21h	<p>Aspectos Regulatórios da Competição. Legislação e base Regulatória. Remédios regulatórios. Identificação do Poder Dominante de Mercado. Plano Geral de Metas de Competição. Análise de precificação de ofertas. Competição entre Serviços regulados X não regulados. Separação estrutural. Redes Únicas e compartilhadas. Tipos de ações anti-competitivas em telecom. Mitigação da assimetria de informação. Atuação ex-ante vs ex-post. Abuso de poder de mercado. Barreiras de entrada (espectro). Análise de fusões e aquisições do ponto de vista de competição regulatória. Benchmarking da regulação da competição em telecom em outros países.</p>
Aspectos Técnicos e Regulatórios sobre Internet	18h	<p>Governança da Internet: Histórico. O CGI.br. O ecossistema da governança global da internet. A governança da internet no Brasil. Decálogo de princípios da Internet. Fundamentos Técnicos: Como funciona a internet. Arquitetura da Internet. A Internet e as redes de telecomunicações. Pontos de Troca de Tráfego. A governança dos recursos críticos da internet. Segurança da Informação. Cadeia de Valor do provimento de acesso à internet. Legislação e Regulação: Legislação e Jurisprudência no Brasil: histórico e panorama atual. Marco Civil da Internet. Internet e jurisdição. Internet e Regulação. Neutralidade de Rede. Regulação das Plataformas Digitais. Benchmarking,</p>

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

		decisões e embasamentos de outros países. Economia do Compartilhamento e Novos Modelos de Negócio (OTT). Proteção de dados: Proteção de dados e privacidade. LGPD e impactos no setor de telecomunicações. Atribuições e atuação prevista da Autoridade de proteção de dados X atribuições e atuação da Anatel. Segurança Cibernética.
Aspectos Técnicos e Regulatórios sobre Radiodifusão	16h	Histórico da Radiodifusão no Brasil. Políticas de Comunicação: contexto histórico e normativo do setor. Sistemas de mídia, panorama e penetração dos serviços de radiodifusão no país. Governança do Setor no Brasil. Regulação e Legislação da Radiodifusão. Complementaridade constitucional dos sistemas de radiodifusão (privado, público e estatal). Cenário Comercial, Práticas do Mercado de Radiodifusão e Fontes de Receita. Tipos de Rádio e TV: Comercial, Educativas, RTVs e Rádios Comunitárias. Processo de Outorga. O panorama e a atual regulamentação da radiodifusão no Brasil. Novas tecnologias em radiodifusão, democratização da comunicação e pluralidade de mídias de informação. TV DIGITAL Interativa, Novos Padrões e Rádio Digital. O Futuro da radiodifusão: serviços de streaming, TV por assinatura e perspectivas técnicas, políticas e econômicas.

8. CRONOGRAMA

O curso terá duração estimada de **22 meses** e está previsto para iniciar a oferta da primeira disciplina em setembro de 2025 com o término previsto para novembro de 2027, quando da oferta da última disciplina. Após o encerramento da última disciplina, o estudante terá até 90 (noventa) dias para elaborar e defender, em banca examinadora, o seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

O horário preferencial para a realização das aulas síncronas será das 09h às 12h, no máximo 3 aulas por semana, em ambiente virtual Microsoft Teams.

O cronograma detalhado das ofertas será definido e comunicado aos alunos oportunamente.

9. INSTITUIÇÃO PROMOTORA

Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do Tribunal de Contas da União (TCU) - credenciado pelo MEC para oferta de cursos de pós-graduação presencial e EAD, conforme Portaria nº 247, de 14 de fevereiro de 2017.

10. COORDENAÇÃO

O curso será regido pelo Regulamento Geral do Programa de Pós-Graduação do ISC, coordenado por coordenador acadêmico e coordenadores pedagógicos.

11. CORPO DOCENTE

O corpo docente será constituído, preferencialmente, pelos professores do quadro de docente permanentes do ISC. Servidores pertencentes ao quadro do TCU e de outras instituições públicas, que possuam titulação de doutor, mestre ou especialista, conhecimento profissional na área do curso e experiência pedagógica, também poderão ser selecionados por chamamento ou convidados pelo Instituto Serzedello Corrêa.

12. METODOLOGIA

As aulas serão ofertadas na modalidade de educação à distância (EaD), combinando atividades assíncronas e síncronas mediadas.

O controle de presença será feito em todas as aulas e atividades síncronas.

Os conteúdos, materiais didáticos, aulas gravadas, atividades avaliativas e demais objetos de aprendizagem ficarão disponíveis em Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA para acesso pelo estudante, conforme o cronograma de cada disciplina.

13. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá seguir um dos seguintes formatos:

- um produto técnico-tecnológico inédito, em autoria compartilhada com docente do curso;
- um artigo científico inédito, publicado ou submetido para publicação em revista científica com estrato mínimo A4, ou equivalente, do Qualis Capes vigente, em autoria compartilhada com docente do curso;
- outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), aceito pelo orientador e pela Coordenação Acadêmica do curso.

Será garantido ao aluno o prazo mínimo de 90 (noventa) dias corridos para a elaboração do TCC, a contar do encerramento da última disciplina do curso. A avaliação do TCC será realizada por uma Banca, a ser designada pela Coordenação do Curso, constituída por, no mínimo, 2 (dois) professores, sendo um deles o orientador. Pelo menos um dos membros da Banca deverá ter, no mínimo, o título de Mestre.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

O aluno deverá elaborar individualmente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual deverá, obrigatoriamente, estar vinculado a uma linha de pesquisa/atuação e a um dos Grupos de Pesquisa em atividade no TCU, conforme descrito abaixo:

Linhas de Pesquisa:

- **Linha 1:** Fundamentos e Instrumentos de Controle Governamental – busca investigar e compreender os fundamentos do controle governamental e as questões teóricas e práticas decorrentes de sua atuação na Administração Pública, sob a perspectiva dos diversos atores envolvidos, tais como controladorias, tribunais de contas, Poder Legislativo e agências reguladoras.
- **Linha 2:** Tecnologias para Inovação do Controle Governamental – busca identificar, avaliar, propor e aplicar teorias, metodologias e ferramentas tecnológicas com a finalidade de potencializar e aprimorar a atividade de controle governamental, por meio da disseminação de conhecimentos e produção de inovações diretamente aplicáveis aos problemas e desafios enfrentados no âmbito da Administração Pública.

Grupos de Pesquisa:

- **GP1 - Instrumentos de Controle:** busca o desenvolvimento de competências para avaliar, propor e aplicar princípios, modelos e instrumentos de controle - que incluem auditoria financeira, operacional e de conformidade, prestação e tomada de contas - com base em padrões e técnicas de fiscalização e governança pública.
- **GP2 - Participação Cidadã, Transparência e *Accountability* em organizações públicas e no terceiro setor:** Investiga mecanismos de aperfeiçoamento da participação da sociedade, transparência e *accountability* em entidades públicas, bem como em entidades que realizam ou prestam serviços a cargo do Estado, mediante a descentralização de recursos orçamentários. Com isto, busca aperfeiçoar os instrumentos de governança existentes no país e/ou desenvolver outros a partir de experiências internacionais de organizações multilaterais (OCDE, INTOSAI, IFAC etc.).
- **GP3 - Controle de Políticas Públicas:** contempla os diferentes aspectos do ciclo de políticas públicas sob o enfoque do controle, incluindo a avaliação da formulação, do desempenho, da governança, dos riscos e dos impactos das políticas públicas.
- **GP5 - Auditoria Contínua:** trata do uso de tecnologia da informação na produção automatizada e periódica de resultados relevantes e tempestivos para o controle governamental.
- **GP6 - Geocontrole:** investiga soluções baseadas no uso de geotecnologias no que diz respeito à sua aplicabilidade e utilidade em questões ligadas ao controle governamental.
- **GP7 - Avaliação de Impacto e de Riscos:** pesquisa e aplica metodologias para avaliar a efetividade de ações de controle ou de políticas públicas e seus impactos, bem como identifica e desenvolve instrumentos de análise de riscos baseada em dados e evidências para subsidiar as ações de controle.
- **GP8 - Inovação e Transformação Digital:** investiga novas tecnologias para aperfeiçoar o controle governamental, assim como avalia e identifica oportunidades de melhoria dos serviços públicos digitais, com o objetivo de aprimorar a integração, confiabilidade, transparência e eficiência da Administração Pública.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

- **GP9 – Compras Públicas de Inovação:** objetiva testar, em diferentes pilotos, o uso de instrumentos de compras públicas para inovação, como por exemplo Contrato Público para Solução Inovadora (CPSI), Diálogos Competitivos e Encomendas Tecnológicas.
- **GP10 - Fundamentos do controle governamental, nas perspectivas processual e sancionadora:** investiga as possibilidades, os limites e os desafios do controle exercido por tribunais de contas, controladorias, Poder Legislativo e agências reguladoras, à luz do direito constitucional e dos novos paradigmas do direito administrativo-financeiro, no tocante à sua atuação processual e sancionadora.

As diretrizes para a elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso serão estabelecidas em regulamento próprio. Para orientar a elaboração do TCC será designado um professor orientador.

14. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Independentemente da programação das disciplinas previstas, atividades complementares poderão ser desenvolvidas, como a participação em eventos e visitas, devendo ocorrer de acordo com a disponibilidade dos alunos e o interesse do ISC.

15. ACERVO

A Bibliografia básica do curso está indicada no Anexo I – Bibliografias e é constituída de material digital ou de livros e/ou periódicos oportunamente adquiridos e disponibilizados pelas Bibliotecas do Tribunal de Contas da União, para acesso aos alunos do curso, ou ainda disponibilizados na comunidade virtual de aprendizagem quando se tratar de conteúdo digital de livre divulgação.

Cada disciplina do curso contará também com outras fontes bibliográficas que poderão ser indicadas no decorrer das aulas pelos docentes das disciplinas como leituras básicas ou complementares. Essa bibliografia adicional será constituída preferencialmente de material digital, a ser disponibilizado na comunidade virtual de aprendizagem, sendo evitada a reprodução física do material de leitura por respeito a princípios de sustentabilidade e economia de recursos naturais. Todo material disponibilizado deverá obedecer à legislação de direitos autorais. Livros e/ou artigos de periódicos que compõem a bibliografia complementar das disciplinas poderão ser, eventualmente, adquiridos pela Biblioteca, se indicados previamente pelos docentes.

16. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

	1	2	3	4	5
Etapa do Ciclo de Avaliação	Levantamento do perfil acadêmico e das expectativas em relação à ação educacional.	Avaliação da disciplina pelo discente e docente ao término das aulas.	Avaliação da infraestrutura na metade do período de aulas e Avaliação de término de curso ao final de todas as disciplinas.	Avaliação da atividade de orientação pelo discente e pelo docente.	Avaliação do egresso um ano após o término do curso.
Instrumentos	Ficha de inscrição/Dados Complementares	Avaliação da disciplina pelo docente. Avaliação da disciplina pelo discente.	Avaliação da infraestrutura pelo discente. Avaliação de término de curso pelo discente.	Avaliação da atividade de orientação pelo docente. Avaliação da atividade de orientação pelo discente.	Avaliação de egresso pelo chefe imediato.

Frequência mínima

A frequência mínima exigida para a aprovação é de 50% de presença por disciplina e de 75% do total de disciplinas.

No caso das disciplinas em formato totalmente a distância, a frequência será calculada com base no percentual de execução das atividades propostas.

Sistema de avaliação por disciplina

O aproveitamento acadêmico poderá ser medido por meio de atividades digitais, provas, trabalhos e participação, individuais ou em grupo. O rendimento será aferido por disciplina, em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez). Será considerado aprovado o aluno que alcançar rendimento acadêmico mínimo igual ou superior a 6 (seis).

Avaliação do TCC

A avaliação do trabalho de conclusão do curso, independentemente do formato, será realizada por banca examinadora nos termos do Regulamento de elaboração e apresentação de TCC.

17. CERTIFICAÇÃO

Ao discente que obedecer às exigências do curso e atender aos critérios de aprovação, a saber, nota mínima de 6 (seis) por disciplina, frequência mínima de 50% por disciplina e 75% no conjunto de disciplinas, e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e submissão do TCC à publicação em revista científica com classificação Qualis/Capes A4 ou superior ou equivalente, será conferido o Certificado de conclusão do curso de **Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação**.

APÊNDICE I – BIBLIOGRAFIAS

- ADELLE, C. et al. **Regulatory Impact Assessment**: a survey of selected and emerging economies. Discussion Paper. Project of Linking Impact Assessment Instruments to Sustainability Expertise – LIAISE, 2014.
- ALSTON, L. et al. Changing Social Contracts: Beliefs and Dissipative Inclusion in Brazil. **Journal of Comparative Economics**, v. 41, n. 1, 2013. (Também publicado como NBER Working Paper No. 18588).
- ARAUJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017. DOI: 10.7458/SPP2017839969.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**: Um Enfoque Econômico-Financeiro. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas da ABNT para documentação**. Rio de Janeiro, 1989.
- AZEVEDO, Paulo Furquim de; FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio; MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. **As inter-relações entre o processo administrativo e o judicial, sob a perspectiva da segurança jurídica do plano da concorrência econômica e da eficácia da regulação pública**. São Paulo: USP, 2011. Relatório de pesquisa. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/relat_pesquisa_usp_edital1_2_009.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.
- BALDWIN, Robert; CAVE, Martin. **Understanding regulation**: theory, strategy and practice. Oxford: Oxford University Press, 1999. Caps. 2, 3 e 4.
- BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais**: o princípio da dignidade da pessoa humana. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BARCELLOS, Ana Paula de. **Ponderação, racionalidade e atividade jurisdicional**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- BARROS, Aidil de J. P.; LEHFELD, Neide aparecida de S. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BARROSO, Luis Roberto. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Disponível em: [Inserir URL completa, se disponível]. Acesso em: 2010.
- BECKER, Fernando; FARINHA, Sérgio; ACHEID, Urbano. **Apresentação de trabalhos escolares**. Porto Alegre: Prodil, 1986.
- BIGNAMI, Francesca; ZARING, David. **Comparative Law and Regulation**. Edward Elgar Publishing, 2016.
- BINENBJOM, Gustavo. Da supremacia do interesse público ao dever de proporcionalidade: um novo paradigma para o Direito Administrativo. **R. Dir. Adm.**, Rio de Janeiro, v. 239, p. 1-31, jan./mar. 2005.
- BRASIL. Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil. **Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de Análise de Impacto Regulatório – AIR**. Brasília: Presidência da República, 2018. 97 p.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de gerência pública. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 2, p. 391-410, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000200009>.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, estado social e reforma gerencial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 112-116, 2010. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902010000100009>.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Princípios práticos de administração pública**. ONU/CEPA, 2005.
- BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. **Dimensões do ativismo judicial do STF**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p.
- CARDOSO DA SILVA, Thiago Henrique. **Re-regulação no mercado de aviação civil: necessária ou não?** III Prêmio SEAE. Brasília - DF, 2008.
- CASAGRANDE, Cássio. Ministério Público, Ação Civil Pública e a judicialização da política. **B. Cient. ESMPU**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 21-34, abr./jun. 2002.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica: para uso de estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1999. 210 p.
- CHALMERS, Alan Francis. **O Que É Ciência Afinal!**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993. 230 p.
- COSTA VEIGA, Ana L. B.; CRUZ, Márcio A. **Fundamentos de Finanças – Volume 1 e Volume 2**. CECIERJ. Disponível em: https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=fundamentos-de-financasYcQf989.
- COSTA, Alexandre Araújo. Judiciário e interpretação: entre Direito e Política. **Pensar**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 9-45, jan./abr. 2013.
- CUNHA, B. Q. Antagonismo, modernismo e inércia: a política regulatória brasileira em três atos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. Edição Especial, p. 473-485, 2016.
- CUNHA, B. Q. As Agências Reguladoras e Seu Hibridismo Burocrático. **[Nome da Revista/Periódico]**, no prelo, 2018. (Verificar se já foi publicado e atualizar).
- CUNHA, B. Q. Os ‘Regulocratas’: características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil. **Texto para Discussão (TD) Ipea**, n. 2311, 2017. (principalmente seção 3, pgs. 12 a 18).
- CUNHA, B. Q.; KARAM, R. A. S. Regulação Estatal no Brasil Contemporâneo. **Boletim de Análise Política-Institucional (BAPI)**. Ipea, n. 12, p. 61-66, 2017.
- CUNHA, Bruno Queiroz. **Os Regulocratas: características corporativas e implicações sistêmicas do funcionamento da burocracia das agências reguladoras no Brasil**. TD 2311. IPEA, Rio de Janeiro, jun. 2017.
- DAMODARAN, Aswath. **Finanças Corporativas – teoria e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- DE FRANCESCO, Fabrizio. Diffusion of Regulatory Impact Analysis Among OECD and EU Member States. **Comparative Political Studies**, v. 45, p. 1277, fev. 2012.
- DE MASI, Domenico. **A Emoção e a Regra**. Brasília: UnB, 1999. 419 p.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.
- DUBASH, Navroz; MORGAN, Brown. **The Rise of the Regulatory State of the South: Infrastructure and Development in Emerging Economics**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- DUDLEY, Susan E.; BRITO, Jerry. **Regulation: a primer**. 2. ed. Washington – DC: Mercatus Center, George Mason University and The George Washington University Regulatory Studies Center, 2012. Cap. 4. Disponível em: https://www.mercatus.org/system/files/RegulatoryPrimer_DudleyBrito_0.pdf.
- EISENHARDT, Kathleen M. Teoria da Agência: Uma Avaliação e Revisão. **RGC**, São Paulo, v. 2, n. 1, art. esp., p. 1-36, abr. 2015.
- EQUIPE DE PROFESSORES DA FEA/USP. **Contabilidade Introdutória**. São Paulo: Atlas, 2011.
- FARIA, Carlos A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.
- FGV. **Direito econômico regulatório**, vol. 1. Fundamentos Jurídicos da Regulação Econômica (cap. 3). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 184 p.
- FIANI, R. O Enfoque Moderno das Instituições: estruturas de Governança. In: FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito: Instituições e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. Cap. 4.
- FIELD, Barry C.; FIELD, Marta K. **Introdução à Economia do Meio Ambiente**. 1. ed. em português. São Paulo; Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014. 394 p.
- FIESP. **Relatório Burocracia: custos econômicos e propostas de combate**. Equipe Técnica. São Paulo: FIESP, jun. 2010. 41 p.
- FAETEC BUSINESS SCHOOL. **Finanças Empresariais**. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002. 88 p. (Coleção Gestão Empresarial). Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16509526/financas-empresariais-fae-businessschool>.
- FLEURIET, M. et al. **O modelo Fleuriet: A Dinâmica Financeira das Empresas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- FLORENCIO, Pedro de Abreu e Lima. Supreme Court Decisions with regard to the Brazilian Oil Sector and their Influence on Energy Policy. **International Energy Law Review**, n. 1, p. 18-25, 2013.
- FLYVBJERG, B. Policy and planning for large-infrastructure projects: Problems, causes, cures. **Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science**, v. 34, n. 4, p. 578–597, 2007.
- FORGIONI, Paula A. **Os fundamentos do antitruste**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. Caps. 1, 3, 4, 6 e 8.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.
- GAETANI, Francisco; ALBUQUERQUE, Kélvia. Análise de impacto regulatório e melhoria regulatória. In: RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (Org.). **Regulação e Agências Reguladoras: Governança e Análise de Impacto Regulatório**. Brasília: Anvisa/Casa Civil da Presidência da República, 2009. p. 189-96.
- GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**. São Paulo: Habra, 1979.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 159 p.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 159 p.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

GOMES, Marcelo Barros. Accountability e Governança no Estado Regulador Brasileiro. In: PECCI, Alketa (org.). **Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 179-204.

GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras e a supervisão ministerial. **[Periódico/Local de Publicação]**, jan. 2005. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0047333.pdf>. Acesso em: set. 2015.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica**. Porto Alegre: Vozes, 1984.

KOOP, C.; LODGE, M. Exploring the co-ordination of economic regulation. **Journal of European Public Policy**, v. 21, p. 1311–1329, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. 214 p.

LEVY, B.; SPILLER, P. T. The Institutional Foundations of Regulatory Commitment: A Comparative Analysis of Telecommunications Regulation. **Journal of Law, Economics, & Organization**, v. 10, n. 2, p. 201-246, out. 1994.

LODGE, M. et al. **Regulação da Infraestrutura Logística no Brasil**. CARR/LSE e RAND, Relatório de Pesquisa, 2017.

LOTTA, G.; FAVARETO, A. Os Arranjos Institucionais dos Investimentos de Infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. **Texto para Discussão (TD) Ipea**, n. 2253, 2016. (apenas seção 3, pgs. 16 a 20).

LUZ, A. A. et al. **Manual da metodologia científica: uma introdução à metodologia científica**. Curitiba, 1987.

MANTZARI, Despoina. Economic Evidence in Regulatory Disputes: Revisiting the court regulatory agency relationship in the US and in the UK. **Oxford Journal of Legal Studies**, v. 35, n. 3, p. 565-594, 2016.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo et al. **Reputação Institucional e o Controle das Agências Reguladoras pelo Tribunal de Contas da União**. São Paulo: USP, 2016. 22 p.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo**. 3. ed. O Estado de São Paulo, 1997. 351 p.

MARTINS, Marcio Sampaio Mesquita. Casos de políticas públicas implantadas por intermédio da regulação econômica. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 14, n. 84, jan. 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8823.

MASSARDIER, Giles. Rede de Políticas Pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 167-186.

☐ MATTOS, C. C. A.; MUELLER, B. Regulando o Regulador: A Proposta do Governo e a ANATEL. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, n. 3, p. 517-546, 2006.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. A formação do estado regulador. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 76, p. 139-156, 2006.

MISES BRASIL. **O Sherman Act e a origem das leis antitruste – quem realmente se beneficia com elas?** Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1999>.

MUELLER, B. Regulação, Informação e Política: Uma Resenha da Teoria Política Positiva da Regulação. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 1, n. 1, p. 9-29, 2001.

MUELLER, Bernardo. **Economia da Regulação**. Apostila. 2014.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

- MUELLER, Bernardo. Regulação, informação e política: uma resenha da teoria política positiva da regulação. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 9-29, dez. 2001.
- MUELLER, Charles Curt. **Os Economistas e as Relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente**. 1. reimpr. Brasília, DF: Ed. UnB, 2012. 561 p.
- NOGUEIRA, Jorge M.; ARAUJO, Romana C. de. Evaluación de impactos ambientales como componente de una política ambiental. Sus límites y potencialidades con base en lecciones de la experiencia brasileña. **Revista Latinoamericana de Derecho y Políticas Ambientales**, v. 3, n. 3, p. 15-40, out. 2013.
- NUNES, Edson; RIBEIRO, Leandro M.; PEIXOTO, Vitor. **Agências Reguladoras no Brasil**. Documento de Trabalho nº. 65. Observatório Universitário. Disponível em: [Inserir URL completa, se disponível].
- OCDE. **Brasil: Fortalecendo a Governança para o Crescimento**. Relatório Sobre Reforma Regulatória. (Introdução, Parte I, Parte III, Conclusões e Recomendações), 2008.
- OCDE. **Recomendação do Conselho sobre Política Regulatória e Governança**. Paris, 2012.
- OCDE. **Reduzindo burocracia: estratégias nacionais de simplificação administrativa**. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho e Luiz Marcos Bianchi Leite de Vasconcelos. Brasília: MP/SEGES/Projeto EUROBRASIL, 2007. 124 p.
- OECD. **Introductory Handbook for Undertaking Regulatory Impact Analysis**. Paris: OECD Publishing, 2008.
- OECD. **Recommendation of the OECD Council on Regulatory Policy and Governance [C(2012)37]**. 2012.
- OECD. **Why Is Administrative Simplification So Complicated?: Looking beyond 2010**. Paris: OECD Publishing, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264089754-en>.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Constitucionalização do Direito Administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- PECI, Alketa. Desenho de uma estratégia de implantação e institucionalização da AIR. In: PROENÇA, Jadir Dias (Org.). **Contribuições para melhoria da qualidade da Regulação no Brasil**: volume 1. Brasília: Presidência da República, 2010. p. 17-96.
- PECI, Alketa. Regulação Comparativa: uma (des)construção dos modelos regulatórios. In: PECI, Alketa (org.). **Regulação no Brasil: desenho, governança, avaliação**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 72-92.
- PELTZMAN, Sam. A Teorias Econômica da Regulação depois de uma década de desregulação. In: MATTOS, Paulo et al. (org.). **Regulação Econômica e Democracia: o Debate Norte-Americano**. São Paulo: Ed. 34. 304 p.
- PEREIRA, Paulo Trigo. A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal? **Análise Social**, v. 32, n. 141, p. 419-442, 1997.
- PEREZ FILHO, Augusto Martinez. Políticas Públicas e Agências Reguladoras. **Revista Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 14, n. 20, p. 01-348, 2010.
- PERMAN, Roger et al. **Natural Resource & Environmental Economics**. 3. ed. Essex, Inglaterra: Longman, 2003. 558 p.
- PINTO, Pedro Duarte. Tribunal de Contas da união, agências reguladoras e um diálogo na construção de melhores resultados regulatórios. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da UFAL**. Maceió/AL, v. 5, n. 1, p. 183-223, jan./jun. 2014.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO. MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado). Brasília: Presidência da República. Imprensa Oficial, 1995.

PÓ, M. As dimensões dos consumidores na regulação e o posicionamento das agências brasileiras. In: PRO-REG. **Melhoria da Regulação no Brasil: O Papel da Participação e do Controle Social**. p. 13-34, 2011.

POSNER, Richard A. Teorias da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo et al. (org.). **Regulação Econômica e Democracia: o Debate Norte-Americano**. São Paulo: Ed. 34. 304 p.

RAMALHO, Bruno Araujo. A interface institucional entre a ANS e o Poder Judiciário: análise de acórdãos sobre a cobertura de emergências médicas em planos de saúde. **Revista de Direito Sanitário**, v. 17, n. 1, 2016.

RAMALHO, P. I. S. Transparência e participação social no processo regulatório da Anvisa: fortalecimento dos consumidores na regulação sanitária. In: PRO-REG. **Melhoria da Regulação no Brasil: O Papel da Participação e do Controle Social**. p. 145-172, 2011.

REIS, Leonardo Silva Reis. Políticas públicas sob a ótica do novo gestor: o public policy-cycle de Howlett e Ramesh como estratégia para ação do Estado. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2011.

RIMMER, Stephen; RODRIGO, Delia; LADEGAARD, Peter. **Making it Work: “RIA Light” for Transition and Developing Countries**. Better Regulation for Growth (BRG) Program. Washington: The World Bank Group, 2010.

ROBERTS, Royston Murphy. **Descobertas Acidentais em Ciência**. Campinas: Papirus, 1993. 330 p.

RODRIGUES, Rodrigo A. A política do governo federal para os biocombustíveis e o contexto internacional. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 14, p. 61-72, 2015.

RODRIGUES, Rodrigo A. O mercado de aviação doméstica no Brasil: processo de desregulação comparado com a experiência norte-americana, sob o enfoque da Teoria Política Positiva da Regulação. Brasília: Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Economia, 2003.

RODRIGUES, Rodrigo A. Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: uma referência para a análise da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 6, p. 9-25, 2007.

RODRIGUES, Rodrigo A. **Regulação governamental: teoria, boas práticas e a experiência brasileira**. Minuta, em revisão. Cap. 1, 2 e 3.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas – Conceitos básicos**. [s.d.]; [s.e.]. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/o/1635738>.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 180 p.

SALGADO, Lucia Helena; BORGES, Eduardo Bizzo de Pinho. **Análise de impacto Regulatório: uma abordagem exploratória**. Texto para discussão n. 1463. Brasília: IPEA, 2010.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Burocracia profissional e a livre nomeação para cargos de confiança no Brasil e nos EUA. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 60, n. 1, p. 05-28.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Políticas e experiências de gestão e fortalecimento da função pública: a experiência brasileira com a regulação e as transformações na função regulatória do Estado. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8., 2003, Panamá. **Anais...** Panamá, 2003.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

- SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.
- SCHAUER, Frederick; ZECKHAUSER, Richard. The trouble with cases. In: KESSLER, D. (ed.). **Regulation vs. Litigation**: Perspectives from Economics and Law. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- SEVERINO, A. J. S. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual., 1. reimp. São Paulo: Cortez, 2008.
- SHAPIRO, Mario Gomes (org.). **Direito Econômico Regulatório**. São Paulo: Saraiva, 2010. (Série GV Law).
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 398 p.
- SPILLER, Pablo; VOGELSANG, Ingo. The Institutional Foundations of Regulatory Commitment. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**, 1997.
- STERNER, Thomas; CORIA, Jessica. **Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management**. 2. ed. New York; London: RFF Press, Resource for the Future, 2012. 638 p.
- STIGLER, George J. A teoria da regulação econômica. In: MATTOS, Paulo et al. (org.). **Regulação Econômica e Democracia**: o Debate Norte-Americano. São Paulo: Ed. 34. 304 p.
- SUBIRATS, Joan. El papel de la burocracia en el proceso de determinación e implementación de las políticas públicas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 2, p. 113-126.
- SUNDFELD, Carlos Ari. Introdução às Agências Reguladoras. In: SUNDFELD, Carlos Ari (coord.). **Direito Administrativo Econômico**. 1. ed., 3. tiragem. São Paulo: Malheiros/SBD, 2000. p. 17-38.
- SUNSTEIN, Cass R. Nudging and Choice Architecture: Ethical Considerations. **Yale Journal of Regulation**, forthcoming. Disponível em: http://www.law.harvard.edu/programs/olin_center/papers/pdf/Sunstein_809.pdf.
- SVARA, J. H. The Myth of the Dichotomy: Complementarity of Politics and Administration in the Past and Future of Public Administration. **Public Administration Review**, v. 61, n. 2, p. 176-83, 2001.
- TAVEIRA, Rodrigo Abrão Veloso; RAMALHO, Pedro Ivo Sebba. POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAÇÃO: INTERFACES E LIMITES. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico**. n. 40, nov./dez. 2014-15.
- TIROLE, Jean. **Market Power and Regulation**. Compiled by the Economic Sciences Prize Committee of the Royal Swedish Academy of Sciences, 2014. Disponível em: http://www.ecgi.org/documents/sciback_ek_en_14.pdf.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicialização das políticas no Brasil: até onde nos podem levar as asas de Ícaro, Themis. **Coimbra**, v. 11, n. 20-21, p. 185-210, 2011.
- VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- VIEGAS, Waldyr. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Brasília, 1999.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade** - Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Volume 1, Cap. IX. Brasília, DF: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WEIGRICH, Kay; KOSTKA, Genia; HAMMERSCHMID, G. (ed.). **The Governance of Infrastructure**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

Especialização em Controle da Desestatização e da Regulação

WILSON, Woodrow. O estudo da Administração. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 3, p. 349-366, jul./set. 2005.

WORLD BANK. **Back to Planning**: How to close Brazil's Infrastructure Gap in Times of Austerity. 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/386151499876913758/pdf/117392-REVISED-PUBLIC-Back-to-Planning-How-to-Close-Brazil-s-Infrastructure-Gap-in-TimesofAusterity-with-cover-page.pdf>.

WORLD BANK. **Doing Business 2017**: Equal Opportunity for All. Washington, DC: World Bank, 2017. DOI: 10.1596/978-1-4648-0948-4.

XIMENES, Julia Maurmann. Judicialização do benefício de prestação continuada e efeitos simbólicos na cidadania. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 21, p. 600-625, 2016.

XIMENES, Julia Maurmann. Uma proposta de matriz de análise para a pesquisa sobre a judicialização dos direitos sociais. **Direito Público**. Brasília, IDP, ano 11, n. 60, p. 222-237, nov./dez. 2014.